



BC ESTUDA LIMITAR ACESSO AO PIX A INSTITUIÇÕES MAIS VULNERÁVEIS A ATAQUES CIBERNÉTICOS

O Banco Central estuda aplicar restrições de acesso ao Pix a instituições que apresentarem fragilidade em requisitos de segurança cibernética. O órgão busca, com a adoção de medidas preventivas, reforçar a segurança do sistema financeiro nacional após ataques hackers que provocaram desvios milionários de recursos desde o ano passado.

Quem não cumprir os requisitos mínimos exigidos pelo BC ficará sujeito a sanções como limites de horário, dias ou valores para a realização de transações via Pix ou proibição de registrar novas chaves no sistema de pagamentos instantâneos, por exemplo.

A discussão sobre

restrições de acesso ao Pix foi antecipada pelo jornal O Globo e confirmada pela reportagem. Hoje, o principal alvo do BC são os descumprimentos ao regulamento do Pix. Nenhuma medida preventiva pode ser diretamente aplicada no caso de instituições que não implementaram mecanismos de segurança obrigatórios para mitigação de risco cibernético.

Atualmente, pelas regras em vigor, o órgão precisa instaurar processos de penalidade, que podem resultar na aplicação de multas. No entanto, segundo um técnico ouvido pela reportagem, esses processos são burocráticos, lentos e normalmente acabam judicializados.

Ao fazer ajustes na regulação, o BC quer deixar mais claro que medidas prudenciais preventivas podem ser aplicadas pela área de supervisão. Com isso, o regulador pretende "incentivar" as instituições a investirem mais recursos em segurança cibernética.

O novo arcabouço regulatório continua em discussão pela equipe técnica e deve levar alguns meses para ser consolidado.

Enquanto avalia as mudanças, o BC iniciou um pente-fino no sistema e enviou um questionário a todas as instituições reguladas para autoavaliação do perfil de riscos e de controles de aspectos relacionados à tecnologia da informação.

Folhapress



DESTAQUES DO DIA



Reforma tributária põe em risco crédito de 66,2% das notas fiscais

Direita dá tiro no pé ao focar impeachment do STF, povão quer fim da 6x1, diz nova líder de Lula no Senado

Moraes e Dino mandam presidentes de tribunais explicarem descumprimento de regra sobre penduricalhos

Mercado financeiro reduz projeção da inflação para 5,30%



Quatro em cada 10 brasileiros nunca ouviram falar em economia circular



NO MUNDO

China lança míssil de submarino pela 1ª vez em 44 anos



A Marinha da China realizou um raríssimo teste de míssil com capacidade nuclear lançado de submarino no Pacífico nesta segunda-feira (6), o primeiro conhecido do tipo em 44 anos.

O ensaio levou a uma onda de críticas de potências regionais como o Japão, Austrália e Nova Zelândia. Os governos desses aliados expressaram preocupações com as intenções de Pequim. O lançamento foi defendido como legítimo pela Rússia, parceira dos chineses.

"Isso, novamente, é evidência de que nós não podemos ser ingênuos", afirmou

o secretário-geral da aliança militar ocidental Otan, o holandês Mark Rutte. "E nós não somos", completou ele, que comandará a cúpula do grupo a partir desta terça (7) em Ancara (Turquia). Segundo a agência estatal Xinhua, o disparo foi descrito como "rotineiro" e como algo que não tinha nenhum adversário específico como alvo. Não foram divulgados dados acerca da trajetória do míssil ou seu modelo, se o usual JL-2 com 8.000 km de alcance ou o mais moderno JL-3, com até 12 mil km.

Ambos são disparados pelos submarinos de propulsão nuclear da classe

Jin, da qual Pequim opera seis unidades. Cada um leva até 12 mísseis para ataques atômicos.

A China é um dos países que opera a chamada tríade nuclear, ou seja, tem capacidade de empregar bombas atômicas lançadas de solo, de submarinos ou de aviões.

No caso das embarcações, sua função primordial é, aproveitando o sigilo de sua posição no oceano, garantir a capacidade de retaliação em caso de ataque ao território chinês. Os submarinos também servem para hipotéticos primeiros disparos, mas isso é descartado oficialmente por Pequim.

Igor Gielow/Folhapress

Taiwan investe em tecnologia médica para romper isolamento diplomático

Em Taiwan, ilha que fabrica os chips e semicondutores mais avançados do mundo, uma empresa desenvolve uma estrutura mecânica vestível que ajuda pessoas debilitadas a se movimentar. Outra faz um escaneamento digital minucioso dos pés para produzir solados personalizados. E uma companhia propõe transformar os hospitais em ambientes conectados por inteligência artificial e internet das coisas.

As iniciativas são resultado de investimentos no setor da saúde, que, para Taipé, extrapolam a questão da medicina. Transformaram-se também numa estratégia diplomática e de projeção internacional para a ilha que está no centro de disputas geopolíticas ora em curso e que envolvem as maiores potências globais.

Em um cenário de tensões militares com a China, de competição por cadeias

produtivas e de envelhecimento da população, o governo taiwanês investe em biotecnologia, inteligência artificial aplicada à medicina e sistemas digitais numa tentativa de ampliar sua relevância em tecnologia médica. A transformação ocorre em um momento delicado para Taiwan. A ilha vive sob pressão de Pequim, que a reivindica como parte de seu território e faz exercícios militares ao seu redor com frequência.

Em paralelo, Taiwan não tem reconhecimento da maior parte da comunidade internacional e é excluída de organizações multilaterais relevantes, caso da ONU e da OMS. Atualmente, só 12 países mantêm relações diplomáticas formais com Taipé.

Não por acaso a ilha se esforça para mostrar ao mundo que pode contribuir em áreas essenciais, caso de medicina digital, prevenção de epidemias e envelhecimento saudável.

Folhapress

Hamas anuncia que deixará governo de Gaza e abre caminho para liderança civil



O grupo terrorista Hamas anunciou nesta segunda-feira (6) a dissolução do órgão que governou na Faixa de Gaza por quase duas décadas. A medida abre caminho para que um comitê tecnocrático implemente um governo civil no território.

A movimentação do Hamas pressiona Israel a cumprir outras partes de um acordo de paz costurado pelos Estados Unidos que está paralisado. A promessa do grupo terrorista de extinguir o órgão responsável pela supervisão dos ministérios palestinos era uma parte central do plano para

a Gaza do pós-guerra apresentado pelo presidente dos EUA, Donald Trump.

A Faixa de Gaza tem sido administrada pelo grupo terrorista desde 2007, quando seus combatentes tomaram o controle do território do partido rival palestino Fatah, após vencer as eleições legislativas no ano anterior.

A medida, portanto, representa uma mudança política significativa para o grupo. Desde que um cessar-fogo entrou em vigor, o Hamas tem afirmado estar disposto a deixar a administração cotidiana do território. No entanto, a delicada questão de seu de-

sarmamento continua sem solução. "O chefe do comitê de emergência do governo, Mohammed al-Farra, apresentou oficialmente sua renúncia", disse à agência AFP Ismail al-Thawabta, chefe do escritório de imprensa do governo do Hamas.

"Ele também decidiu dissolver o comitê para facilitar a transição administrativa e governamental para o Comitê Nacional para a Administração de Gaza (NCAG)", acrescentou.

O comitê, atualmente sediado no Cairo, foi criado pelo Conselho da Paz estabelecido por Trump quando intermediou o cessar-fogo.

Folhapress

DATA
MERCANTIL

São Paulo

● JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.
CNPJ nº 35.960.818/0001-30
Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

● Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

● EDITORIAL: Daniela Camargo
● COMERCIAL: Tiago Albuquerque
● Serviço Informativo: FolhaPress,
Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-
Dinheiro, Notícias Agrícolas.

Rodagem:
Diária

Fazemos parte
da



ECONOMIA

Reforma tributária põe em risco crédito de 66,2% das notas fiscais



Em fase de testes em 2026 e com início efetivo em 2027, a reforma tributária apresenta desafios sobre como as empresas controlam seus impostos e aproveitam créditos tributários.

Um levantamento da V360, empresa de tecnologia especializada na automação de processos fiscais e de pagamento a fornecedores, aponta que 66,2% das notas fiscais eletrônicas (NF-e) processadas por sua plataforma apresentam problemas que podem dificultar o aproveitamento desses créditos no novo sistema.

Os créditos tributários representam o abatimento de tributos pagos sobre os insumos ao longo da cadeia

produtiva. Têm o objetivo de prevenir a cobrança em cascata (tributação repetida sobre o insumo e o produto final). A reforma tributária generalizou o regime de créditos tributários, ao extinguir regimes especiais e cumulativos.

O estudo, chamado Termômetro do Crédito IBS/CBS, analisou de forma anônima mais de 6,4 milhões de notas fiscais processadas pela plataforma da empresa. Desse total, 64,4% chegaram com os campos destinados ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e à Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) sem preenchimento. Em outros 1,8% dos documentos, foram encontradas divergências entre os cálculos informa-

dos pelos fornecedores e os valores utilizados como referência para validação.

Na prática, mesmo quando uma nota fiscal é emitida, erros ou informações incompletas poderão impedir que a empresa compradora aproveite integralmente os créditos tributários previstos pela reforma.

O IBS e a CBS substituirão gradualmente tributos atuais sobre o consumo. Nesse modelo, as empresas poderão descontar dos impostos a pagar parte dos tributos recolhidos na compra de mercadorias e serviços. Para isso, porém, as informações das notas fiscais precisarão estar corretas e ser validadas ao longo de toda a operação.

Wellton Máximo/ABR

Escassez de mão de obra atinge 80% dos empregadores no Brasil, aponta pesquisa

Oito em cada dez empregadores brasileiros (80%) afirmam ter dificuldade para encontrar os profissionais de que precisam, aponta a Pesquisa Global de Escassez de Talentos 2026, do ManpowerGroup, que ouviu 39.063 empregadores em 41 países entre 1º e 31 de outubro de 2025.

O percentual representa leve recuo ante os 81% registrados em 2025, mas mantém o país em patamar elevado desde 2022, quando o indicador brasileiro saltou de 52% (2019) para 81%. A média global de empregadores insatisfeitos com a contratação é de 72%, também em leve queda ante 74% no ano anterior.

A escassez cresce conforme aumenta o tamanho da companhia. Entre empresas com menos de dez colaboradores, 72% relatam dificuldade; o índice sobe para 75% nas de 10 a 49 funcionários, 79% nas de 50 a 249, 81% nas de 250 a 999 e atinge o pico

de 90% nas empresas com 1.000 a 4.999 colaboradores. Entre as companhias com mais de 5.000 funcionários, o índice é de 83%.

Entre as regiões mapeadas no Brasil, o Estado de São Paulo aparece com o maior índice de dificuldade (88%), seguido por Minas Gerais (85%), Rio de Janeiro (80%), cidade de São Paulo (79%), outras regiões do país agregadas (77%) e Paraná (74%).

Seguindo a classificação estruturada pela Manpower Group no levantamento, 85% daqueles que empregam no segmento de serviços profissionais, científicos e técnicos enfrentam desafios de contratação eles compõem o setor mais afetado, diz a pesquisa.

Em seguida, o segmento de informação (83% dos contratantes sente dificuldades em encontrar mão de obra adequada). Comércio e logística, hospitalidade, manufatura, serviços públicos e recursos naturais aparecem empatados em 79%.

Folhapress

Mercado financeiro reduz projeção da inflação para 5,30%



O Índice Nacional de Preços ao Consumidor

Amplio (IPCA) projetado pelo mercado financeiro para este ano foi reduzido para 5,30%, segundo o boletim Focus divulgado nesta segunda-feira (6) pelo Banco Central (BC). Na última semana, a estimativa era de 5,33%.

O índice, que é referência oficial da inflação no país, foi reduzido pela primeira vez após 16 semanas, mas o percentual permanece acima da meta que deve ser perseguida pelo BC, de 3%, com intervalo de tolerância entre 1,5% e 4,5%, conforme estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Para 2027, a projeção da inflação permanece em trajetória de aumento,

passando de 4,17% para 4,18% em relação à semana anterior. As estimativas para 2028 e 2029 se mantiveram estáveis em 3,7% e 3,5%, respectivamente.

A projeção da taxa básica de juros (Selic) para 2026 foi mantida pelos analistas em 14%, indicando que este ano haverá mais um corte sobre a atual taxa de 14,25% estabelecida pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC, no último dia 17 de junho. A próxima reunião do Copom deve ocorrer nos dias 4 e 5 de agosto.

A previsão da Selic para 2027 foi mantida em 12% ao ano, em relação à última projeção. Não houve alteração na taxa básica de juros esperada para os anos de 2028 e 2029, permanecendo as projeções da última

semana em 10,5% e 10% ao ano.

A estimativa média de Produto Interno Bruto (PIB), que indica o crescimento da economia brasileira, permaneceu em 1,99% para este ano. Na projeção para 2027, o indicador, que resulta da soma dos bens e serviços produzidos no país, cresceu de 1,68%, para 1,69%. Para 2028 e 2029, o mercado financeiro manteve a estimativa do PIB em 2% para os dois anos.

No boletim Focus desta semana, a estimativa para a cotação do dólar, em 2026, foi mantida em R\$ 5,20. Para 2027, a projeção permaneceu em R\$ 5,58 e para 2028, em R\$ 5,35. A previsão para o câmbio em 2029 ficou estável em R\$ 5,40.

Fabiola Sinimbu/ABR

POLÍTICA

Direita dá tiro no pé ao focar impeachment do STF, povão quer fim da 6x1, diz nova líder de Lula no Senado



A nova líder do governo Lula no Senado, Teresa Leitaõ (PT-PE), afirma que a direita dará "um tiro no pé" ao apostar no impeachment de ministros do STF na campanha para o Senado neste ano e que o fim da escala 6x1 será um trunfo eleitoral para os candidatos de esquerda, mesmo se a PEC não for aprovada antes das eleições.

"A direita vai dar um tiro no pé ao dizer que quer se eleger para fazer impeachment de ministros. O que é que o povão sabe disso? O povão sabe da PEC, 80% sabem da PEC, sabem o que é que ela vai mudar na sua vida", afirma Teresa Leitaõ em entrevista à Folha. "Cinegrafista, diarista,

maquiador, esse povo de serviços, tá todo mundo me perguntando quando é que essa PEC vai ser votada. Ela pegou no imaginário."

Segundo pesquisa Datafolha de maio, 71% dizem ser favoráveis à redução da jornada. A direita bolsonarista tem destacado a campanha ao Senado pelo fato de a Casa decidir o impeachment de ministros do Supremo, tribunal que condenou o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) por tentativa de golpe de Estado.

Ela afirma que tem "resistido muito a fazer esse apelo eleitoral" e que deseja separar o debate em torno da redução da jornada da disputa eleitoral, mas reconhece que o tema é sensível e será abordado na campa-

nha independentemente do resultado. "Ela serve aprovada ou não, serve de mérito para quem aprovou. Quem não aprovou vai ser listado por quem quer aprovar", afirmou Teresa Leitaõ.

No Planalto, a avaliação é a mesma que a da senadora. Interlocutores do presidente Lula dizem acreditar que se o Senado segurar a PEC do fim da 6x1, o PT poderá reeditar a campanha "Congresso inimigo do povo".

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), tem dito a aliados que não pautará o fim da escala 6x1 até conversar com Lula. Eles estão afastados desde a rejeição da indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, ao STF.

Folhapress

Moraes e Dino mandam presidentes de tribunais explicarem descumprimento de regra sobre penduricalhos



Os ministros Alexandre de Moraes e Flávio Dino, do STF, determinaram nesta segunda-feira (6) que os presidentes de sete TJs (Tribunais de Justiça) expliquem indícios de descumprimento à tese da corte sobre os penduricalhos.

Idênticas, as decisões citam reportagem da Folha de S.Paulo segundo a qual 616 juízes e desembargadores receberam, em maio, vencimentos que ultrapassam o teto constitucional, de R\$ 46,4 mil, com cifras que chegaram a até R\$ 495 mil no mês.

Moraes e Dino deram prazo de 48 horas para que os presidentes dos TJs do Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Paraná, Rio de Ja-

neiro, Rio Grande do Norte e de Rondônia prestem informações detalhadas sobre as verbas pagas a cada magistrado da ativa ou aposentado, sob pena de afastamento do cargo de direção.

Os ministros citam, ainda, possibilidade de que eles respondam nas esferas penal, civil e disciplinar. Os presidentes dos TJs deverão anexar ao processo cópias das folhas de pagamento emitidas entre abril e julho, que incluam verbas remuneratórias e indenizatórias.

Nos despachos, Moraes e Dino dizem que a reportagem da Folha de S.Paulo indica que os TJs "teriam desrespeitado decisão do Supremo e, em tese, teriam autorizado pagamentos remuneratórios e indeni-

PGR pede que PF ouça Flávio em inquérito sobre calúnia contra Lula

A PGR (Procuradoria-Geral da República) pediu ao ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), que a Polícia Federal ouça o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) antes de decidir se denuncia ou pede o arquivamento do inquérito que apura suposta calúnia contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O pedido foi assinado pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet, depois que a PF enviou ao STF o relatório final da investigação. No documento, a corporação concluiu que Flávio cometeu, em tese, o crime de calúnia ao associar Lula a crimes como tráfico internacional de drogas e armas e lavagem de dinheiro.

O inquérito investiga uma publicação feita pelo senador na rede social X em 3 de janeiro de 2026, após a captura do então presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, pelos Estados Unidos.

Na publicação, Flávio escreveu: "Lula será de-

latado. É o fim do Foro de São Paulo: tráfico internacional de drogas e armas, lavagem de dinheiro, suporte a terroristas e ditaduras, eleições fraudadas".

Para a PF, ao afirmar que Lula "será delatado" e, na sequência, listar uma série de crimes, o senador atribuiu falsamente ao presidente a prática de condutas criminosas. O relatório também aponta não haver dúvidas sobre a autoria da publicação.

Apesar da conclusão da PF, a PGR avaliou ser necessário ouvir Flávio antes de decidir os próximos passos. Segundo Gonet, a diligência é relevante sobretudo pela possibilidade de retratação, prevista no Código Penal para os crimes de calúnia e difamação.

Pela lei, o investigado pode ficar isento de pena caso se retrate antes da sentença. Quando a ofensa é veiculada por algum meio de comunicação, a retratação pode ser feita pelo mesmo canal usado na publicação original. Folhapress

zatórios superiores aos parâmetros constitucionais fixados".

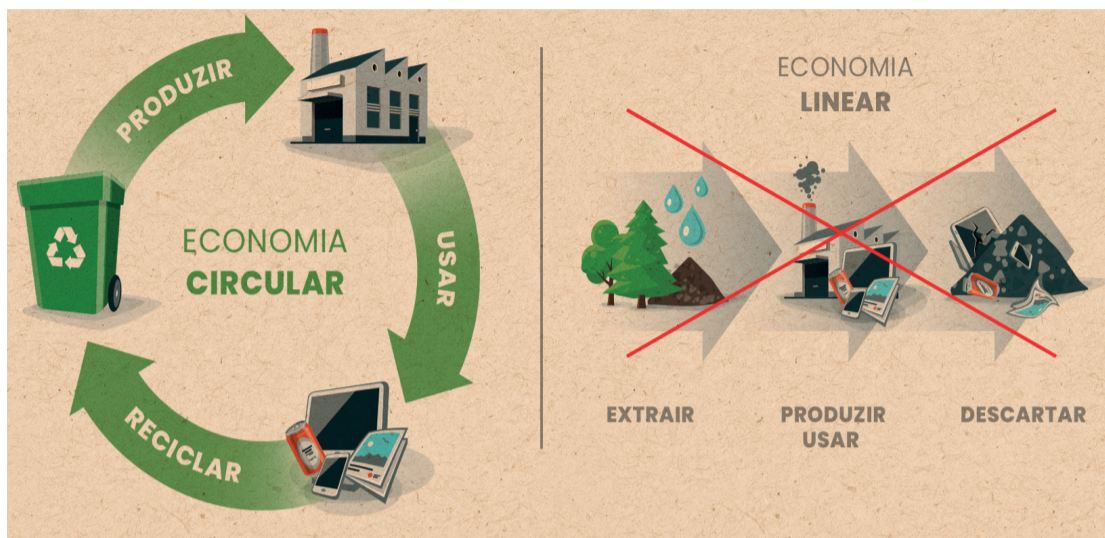
Os tribunais afirmam que os pagamentos seguiram decisão administrativa conjunta do CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público) e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça). A resolução, aprovada por unanimidade em abril, recriou parte dos penduricalhos extintos e abriu brechas para que as verbas ultrapassassem o limite estabelecido pelo Supremo.

A reportagem da Folha de S.Paulo analisou os dados de oito cortes estaduais, por serem os únicos que enviaram dados completos ao painel de remuneração do CNJ.

Folhapress

MEIO AMBIENTE

Quatro em cada 10 brasileiros nunca ouviram falar em economia circular



Quatro em cada dez brasileiros (39%) nunca ouviram falar sobre o conceito de economia circular. Os dados constam de uma pesquisa encomendada pelo Movimento Plástico Transforma ao QualiBest, e mostram ainda que, embora o tema já tenha chegado a 57% da população, isso ocorreu de forma superficial.

Baseada na gestão de recursos, a economia circular reutiliza, recupera e reinsere recursos no ciclo produtivo. É uma alternativa ao modelo produtivo linear, em que os recursos cumprem uma única etapa de uso e são descartados.

Desse total de 57% que afirmou já ter ouvido falar no conceito, apenas 12% declarou conhecer bem, e outros 45% afirmou já ter

ouvido falar em economia circular, mas não conhecer detalhes.

“Isso é um ponto que ainda precisa ser trabalhado, porque não adianta nada você conhecer se você não tem um aprofundamento do tema, e isso que a gente precisa tentar trabalhar”, afirma Beatriz Geraldês, integrante do grupo técnico do Movimento Plástico Transforma.

Para Beatriz, iniciativas para a ampliação do conhecimento sobre temas mais desafiadores, como a economia circular, devem partir de escolas, governos, empresas e organizações sociais, em um esforço focado em crianças e adolescentes.

“A gente entende que eles são os nossos principais vetores de comunicação com

suas famílias, com a comunidade do entorno. Então isso é superimportante para poder fazê-los entender e para levarem esse exemplo para casa.”

A pesquisa Reciclagem no Brasil: Hábitos, Desafios e Percepções da População ouviu 834 pessoas a partir de 18 anos, entre 30 de abril e 08 de maio de 2026. Os dados também foram comparados à primeira edição do estudo, realizada em 2025.

Grande parte dos entrevistados (74%) declarou ter disposição para mudar hábitos de consumo com o objetivo de gerar menos resíduo. Enquanto 3% declarou que talvez mudaria, outros 23% afirmou não ter disposição para promover essa mudança.

Bruno Moura/ABR

Maricá, no litoral do Rio, registra tremor de terra de magnitude 3.0

Um tremor de terra de magnitude 3,0 foi registrado na costa do Rio de Janeiro, a cerca de 60 quilômetros (km) do município de Maricá. O abalo sísmico foi monitorado às 17h59 de sábado (4).

De acordo com a Rede Sismográfica Brasileira (RSBR), o tremor foi considerado de “baixa magnitude”. Para efeito de comparação, os terremotos que deixaram cerca de 3 mil mortos na Venezuela no fim de junho tiveram magnitude de 7,2 e 7,5.

A Rede Sismográfica Brasileira é responsável pelo monitoramento de tremores de terra em todo o território nacional e é formada por quatro instituições: Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Observatório Nacional, vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

O registro do abalo sísmico em Maricá foi feito pelo Centro de Sismologia da USP. Os especialistas classificaram a profundidade como “sismo raso”, ocorrido possivelmente entre 0 km e 10 km. (O)

Sequência de tremores O sismólogo Gilberto Leite, do Observatório Nacional, explica que abalos dessa magnitude são “relativamente comuns” na costa do Sudeste, mas dificilmente são sentidos.

“O Brasil registra pequenos tremores de terra com certa frequência, especialmente devido às tensões tectônicas que atuam na crosta terrestre. Na maioria dos casos, esses abalos têm baixa magnitude e não chegam a ser sentidos”, detalha.

O especialista acrescenta que a margem sudeste do Brasil é considerada a principal zona sísmica offshore (afastado da costa) do país, onde pequenos terremotos ocorrem de forma relativamente frequente.

Só entre os dias 26 e 30 de junho, o litoral fluminense teve nove registros de pequenos abalos sísmicos próximos à cidade de Saquarema. O maior deles foi de magnitude 2,5.

Há pouco mais de um mês, em 21 de maio, foi registrado outro sismo de magnitude 3,3 no litoral de Maricá. De acordo com a RSBR, não há relatos de pessoas que tenham sentido esses tremores.

ABR

Copernicus: emissão global de gases por incêndios é a menor em 24 anos



O observatório europeu Copernicus divulgou, nesta segunda-feira (6), que o primeiro semestre de 2026 registrou o menor nível global de emissões de gases do efeito estufa decorrentes de incêndios, desde o início da série histórica em 2003.

De 1º de janeiro a 30 de junho, foram menos de 400 megatoneladas (milhões de toneladas) de carbono, reafirmando uma tendência geral de queda. No início das medições, em 2003, o valor ultrapassava um gigaton (bilhão de toneladas) de carbono e a série histórica nunca havia

registrado valor abaixo de 500 megatoneladas.

De acordo com os dados do Sistema Global de Assimilação de Incêndios (GFAS, na sigla em inglês), a queda nas emissões tem sido impulsionada pela redução dos incêndios sazonais na África tropical.

Desde o início do ano, a África registrou aproximadamente 154 megatoneladas de carbono, enquanto no mesmo período de 2025 foram 213 megatoneladas de carbono. A Ásia reduziu as emissões de 164 para 113 megatoneladas de carbono.

Para o período de seis meses, a atividade mais intensa de incêndio florestal

foi observada no estado de Victoria, no sudeste da Austrália, no início de janeiro. Durante o monitoramento foram observadas temperaturas recordes.

Embora a América do Sul historicamente emita menos que esses continentes, as emissões diminuíram ainda mais, passando de 40,9 para 38,8 megatoneladas de carbono.

Também foram observados incêndios intensos no continente, durante o primeiro semestre, com destaque para a região de Biobío, no Chile, e na província de Chubut, na Patagônia argentina.

Fabiola Sinimbu/ABR

AG-08 Participações S.A.

CNPJ/MF nº 41.899.757/0001-46

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas 31/12/2025	31/12/2024
Ativo		
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4 2.553	2.636
Outras contas a receber	5 6.828	-
Imposto a recuperar	51	32
Total do ativo circulante	9.432	2.668
Ativo não circulante		
Investimentos	6 200.585	199.911
Total do ativo não circulante	200.585	199.911
Total do ativo	210.017	202.579

	Notas 31/12/2025	31/12/2024
Passivo		
Passivo circulante		
Fornecedores	1	1
Obrigações tributárias	6	8
Total do passivo circulante	7	9
Passivo não circulante		
Debêntures a pagar	7 343.043	285.068
Total do passivo não circulante	343.043	285.068
Patrimônio líquido		
Capital social	8 1.000	1.000
Prejuízos acumulados	(134.033)	(83.498)
Total do patrimônio líquido	(133.033)	(82.498)
Total do passivo + patrimônio líquido	210.017	202.579

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional – A AG-08 Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Brasil, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3311, 10º andar. A Companhia foi constituída em 15 de dezembro de 2021, conforme Ata de Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações. A Companhia tem por objeto social a participação em outras companhias, como sócia, acionista ordinária, acionista preferencial ou quotista, atuando como holding. Em 23 de dezembro de 2022, a Companhia adquiriu ações ordinárias equivalentes a 19,5% do capital social da BDWPART Holding Participações S.A. A BDWPART Holding e Participações S.A. (“Investida Direta”) iniciou suas atividades em 1º de novembro de 2018, com sede localizada em Porto Alegre-RS – Brasil. A Companhia tem como objeto social a participação e gestão societária, gestão de empresas do mesmo grupo e a gestão e administração de bens imóveis próprios. A Investida Direta possui duas controladas: o Hospital BDW POA Ltda. (“Hospital POA” ou “Controlada I”) e o Hospital BDW SP Ltda. (“Hospital SP” ou “Controlada II”). O Hospital POA, sediado em Porto Alegre, tem como objeto social a atividade de serviços hospitalares essencialmente cirúrgicos e de internação cirúrgica de diferentes especialidades, em atendimento particular e de convênios credenciados, fornecendo horas de sala e o material necessário para a realização dos procedimentos. O Hospital SP, sediado em São Paulo, foi constituído em 2020. Tem como objeto social a atividade de serviços hospitalares essencialmente cirúrgicos e de internação cirúrgica de diferentes especialidades, em atendimento particular e de convênios credenciados, fornecendo horas de sala e o material necessário para a realização dos procedimentos. O aporte corresponde à integralização de capital na BDWPART Holding Participações S.A., por parte da Companhia, ocorrido no dia 23 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 200.000 (duzentos milhões de reais). **2. Base de preparação – a) Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos procedimentos técnicos, assim como as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC e pelo IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2025. A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 27 de abril de 2026. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b) Moeda funcional e moeda de apresentação das demonstrações financeiras:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c) Continuidade operacional:** As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade operacional, conforme previsto nas práticas contábeis adotadas no Brasil e nas normas internacionais de contabilidade. Esse pressuposto considera que a Empresa continuará em operação no futuro previsível, que seus ativos e passivos serão realizados e liquidados no curso normal dos negócios e que não há intenção, necessidade legal ou qualquer outra razão de encerrar ou reduzir significativamente suas atividades. A Administração avaliou as condições financeiras, operacionais e de liquidez da Empresa e não identificou incertezas relevantes que possam levantar dúvidas significativas quanto à sua capacidade de manutenção da continuidade operacional. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal, estão incluídas nos seguintes itens: **• Definição da vida útil da mais-valia (nota explicativa nº 6).** **e) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo. **3. Principais práticas contábeis** – A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a) Investimentos em coligada:** O investimento da Companhia em sua coligada é avaliado com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28), a partir da data da aquisição. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na coligada é contabilizado no balanço patrimonial da Companhia ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária nas coligadas. A participação societária na coligada é apresentada na demonstração do resultado da Companhia como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido ou prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia. As demonstrações financeiras da coligada são elaboradas no mesmo período de divulgação da Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento das demonstrações financeiras, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado. A Companhia reconhece a mais-valia dos ativos na data de aquisição na rubrica de investimento, com base na avaliação preliminar dos valores justos do ativo líquido da investida. **b) Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. Instrumentos financeiros incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros é feito apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e não reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao: **• Custo amortizado:** Quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. **• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** Quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. **• Valor justo por meio do resultado (VJR):** quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados à mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco docu-

mentada pela Companhia. Após o reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo. A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros quanto nas suas características de fluxos de caixa. Da mesma forma, a Companhia classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação. A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **d) Redução ao valor recuperável (impairment)** No fim de cada exercício, a Companhia e suas coligadas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas coligadas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **d) Provisão:** Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **e) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente os encargos sobre os passivos financeiros que financiam a operação da Companhia. A despesa de juros é reconhecida no resultado a partir da mensuração via custo amortizado das debêntures emitidas pela Companhia. **f) Tributos:** A Companhia adota tributação com base no lucro presumido e opta pelo recolhimento pelo regime de caixa para cálculo do imposto corrente. A base de cálculo para apuração do imposto de renda e contribuição social corresponde a 32% de suas receitas operacionais. Sobre estas bases somam-se as outras receitas auxiliares (preponderantemente as receitas financeiras). A periodicidade da apuração de impostos de renda e da contribuição social é trimestral. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente, são de 15% para o imposto de renda, 10% para imposto de renda adicional a R\$ 60 (sessenta mil reais) e 9% para a contribuição social. **g) Determinação do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	28	7
Aplicações financeiras	2.525	2.629
Total	2.553	2.636

Os saldos de caixa e bancos conta movimento compreendem basicamente numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações em fundos de investimento de alta liquidez (D+0 por resgates e aplicações), respectivamente. **5. Transações com partes relacionadas** – A controladora final da Companhia é o G5 Saúde FIP, que detém 100% das ações ordinárias que representam o seu capital social. **Remuneração de pessoal-chave da administração:** Houve, no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025, o reconhecimento de remunerações fixas e/ou variáveis de pessoal-chave, no montante de R\$ 35 mil, registradas no resultado do período pelo regime de competência. **Remuneração ao acionista controlador:** O saldo de R\$ 6,828 refere-se ao montante reconhecido como direito a receber, decorrente da distribuição de lucros da investida. **6. Investimentos** – Conforme o acordo de investimento celebrado em 23 de dezembro de 2022, mencionado na Nota 1, a Companhia subscreveu e integralizou 4.322.765 (quatro milhões, trezentos e vinte e dois mil, setecentos e sessenta) ações ordinárias de emissão da BDWPART Holding e Participações S.A. pelo valor de R\$ 120.000 (cento e vinte milhões de reais). Adicionalmente, a Companhia realizou operações com antigos acionistas para recompra de ações da BDWPART. O montante de ações adquiridas junto aos antigos acionistas foi de 4.367.898, perfazendo um valor financeiro de R\$ 80.000 (oitenta milhões de reais). Todas as operações de compra de ações com antigos acionistas da BDWPART foram normalizadas e padronizadas a partir do acordo de investimento celebrado em 23 de dezembro de 2022. Ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia detém 8.690.663 ações ordinárias nominativas da BDWPART, já conferindo todos os direitos para exercer influência sobre a operação da investida, participando de reuniões de conselho de administração e aprovando as contas da investida. Conforme descrito nos termos e condições previstos no Acordo de Acionistas, após o período de 2 (dois) anos contados da data de celebração do acordo, a Companhia poderá receber um valor adicional do capital social da BDWPART Holding e Participações S.A., dando a possibilidade de a Companhia subscrever a R\$ 1 (um real) até 11,38% de participação adicional no capital social da BDWPART. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi efetuado teste de impairment do ágio, utilizando-se análises dos demonstrativos contábeis da BDWPART, informações macroeconômicas brasileiras e múltiplos de avaliação relativa sobre o segmento de saúde no Brasil. Após a análise do teste de impairment, a Companhia não constatou a existência de uma perda irreversível da unidade geradora de caixa, a BDWPART.

	31/12/2025	31/12/2024
BDWPART Holding e Participações S.A.	19.371	18.697
Bônus de Subscrição Ações BDWPART	29.747	29.747
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	151.467	151.467
Total	200.585	199.911

6.1. Informações das investidas: O quadro abaixo apresenta o resumo das informações financeiras das coligadas em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

BDWPART Participações e Holding S.A. 31/12/2025 31/12/2024

Participação no capital	31/12/2025	31/12/2024
% Participação	19,5%	19,5%
Quantidade total de ações	44.568.578	44.568.578
Quantidade de ações possuídas	8.690.663	8.695.331

Dados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante	240.369	188.654

Demonstração do Resultado e do Resultado Abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas 31/12/2025	31/12/2024
Receitas (despesas) operacionais	7.386	(184)
Despesas gerais e administrativas	(102)	(70)
Despesas tributárias	(14)	-
Resultado de equivalência patrimonial	6 7.502	(114)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	7.386	(184)
Resultado financeiro	(57.854)	(41.244)
Receitas financeiras	346	269
Despesas financeiras	(58.200)	(41.513)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(50.468)	(41.428)
Imposto de renda e contribuição social	(67)	(67)
Resultado líquido do exercício	(50.535)	(41.495)
Ajuste de resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(50.535)	(41.495)

BDWPART Participações e Holding S.A. 31/12/2025 31/12/2024

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo não circulante	185.082	196.325
Ativo total	425.451	384.979
Passivo circulante	113.399	65.228
Passivo não circulante	212.856	223.921
Passivo total	326.255	289.149
Patrimônio líquido	99.196	95.830

Dados relativos aos exercícios findos em 2025 e 2024

	2024	2025
Receita líquida	316.290	202.762
Custos dos serviços prestados	(172.005)	(117.250)
Despesas gerais e administrativas	(75.003)	(66.241)
Resultado financeiro	(11.390)	(19.586)
Imposto de renda e contribuição social	(19.526)	(274)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	38.366	(589)

6.2. Movimentação dos saldos de Investimentos

	2024	2025
Participação	181.214	181.214
Valor contábil	-	-
Equivalência patrimonial	-	-
Lucros	-	-

Ágio por expectativa de rent. futura - 181.214 - - 181.214

BDWPART Holding e Participações S.A. 19,50% 18.697 7.502 (6.828) 19.371

Total 199.911 7.502 (6.828) 200.585

As ações ordinárias da BDWPART dão à Companhia: (i) prioridade sem prêmio no reembolso de capital no caso de liquidação da companhia; e (ii) distribuição de dividendos pro rata das ações ordinárias. Ademais, a Companhia possui o direito de nomear um dos administradores para o conselho de administração da BDWPART. **7. Debêntures a pagar** – Em dezembro de 2022, a Companhia emitiu 217.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com valor nominal total de R\$ 1.000 (mil reais) cada, as quais serão pagas em novembro de 2030. Os juros serão pagos no vencimento do contrato junto ao principal da dívida.

Modalidade	Encargos	Vencimento final	Valor contratado	Valor captado	31/12/2025
Debêntures	4% a.a	novembro/30	217.000	217.000	350.793
Custo de transação (*)		novembro/30			(7.750)
Total líquido					343.043

Movimentação: 31/12/2025 31/12/2024

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	285.068	243.604
Custo de transação (*)	2.250	1.750
Provisão de juros (nota explicativa nº 10)	55.725	39.714
Saldo final	343.043	285.068

A Companhia mantém em suas debêntures, garantias, restrições e covenants qualitativos, usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas referentes às debêntures estão adimplentes pela Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025. (*) De acordo com o CPC 08, custos de transação são aqueles incorridos diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução das transações. Os custos de transação incorridos na captação de recursos por meio de instrumentos de dívida devem ser contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido no instrumento financeiro emitido para evidenciando do valor líquido recebido e devem ser apropriados ao resultado em função da fluência do prazo. **8. Patrimônio líquido – a) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os acionistas os respectivos percentuais de participação, e as quantidades de ações estão assim apresentados:

	%	Ações	Valor
Acionista		1.000.100	1.000.100
G5 Saúde FIP	100%	1.000.100	1.000.100

b) Dividendos: De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, os dividendos a serem distribuídos sobre o lucro líquido ajustado serão definidos em Assembleia Geral. Conforme o artigo 202 da Lei nº 6.404/76 (“Lei das SAs”), o dividendo mínimo obrigatório não poderá ser inferior a 25% sobre o lucro líquido ajustado. **c) Custos de transação:** Referem-se aos custos de transação incorridos na emissão das ações preferenciais da coligada. Tais custos de transação foram contabilizados, por efeito reflexo, diretamente no patrimônio líquido da Companhia na determinação do valor do investimento via equivalência patrimonial.

9. Resultado financeiro 31/12/2025 31/12/2024

	31/12/2025	31/12/2024
Receita financeiras	346	269
Receitas de aplicações	346	269
Despesas financeiras	(58.200)	(41.513)
Juros sobre debêntures (NE nº 7)	(55.725)	(41.464)
Outras despesas financeiras	(2.475)	(49)
Total	(57.854)	(41.244)

10. Instrumentos financeiros – A Companhia está exposta aos seguintes riscos: **• Risco de crédito;** **• Risco de liquidez;** **• Risco de mercado.** Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos, e gerenciamento do capital da Companhia. **Estrutura de gerenciamento de risco:** A Administração da Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, definir limites e controles de riscos apropriados, e monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. **Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, devido à falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras. Além disso, a Administração, visando minimizar os riscos de crédito atrelados às instituições financeiras, procura diversificar

Fabiola Augusta Cavalcanti – Administradora

Fabiano Rodrigues Seixas – Contador CRC: 1SP 191.673/0-3

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos acionistas e ao conselho de administração da **AG – 08 Participações S.A.** – São Paulo, SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da AG-08 Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações no patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo na mesma data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.000	(42.003)	(41.003)
Resultado do exercício	-	(41.495)	(41.495)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.000	(83.498)	(82.498)
Resultado do exercício	-	(50.535)	(50.535)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.000	(134.033)	(133.033)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	(50.535)	(41.495)
Ajustado por:		
Equivalência patrimonial	(7.502)	114
Encargos e variação monetária sobre debêntures	57.975	41.464
(=) Resultado ajustado (Aumento) das contas ativas	(62)	83
Imposto a recuperar	(19)	(20)
Aumento (diminuição) das contas passivas		
Fornecedores	-	1
Obrigações tributárias	(2)	1
(=) Caixa líquido nas atividades operacionais	(83)	65
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(83)	65
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	2.636	2.571
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	2.553	2.636

Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa (83) 65

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

suas operações em instituições de primeira linha. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito, conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	2.553	2.636
Total	2.553	2.636

Risco de liquidez: O risco de liquidez é o risco de que a Companhia encontrará dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas incalculáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia. O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e reflete o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

2025

	Valor Contábil	Fluxo financeiro projetado (Incluindo Juros)	49 meses em diante
Passivos	343.043	720.521	720.521

PUBLICIDADE LEGAL

... continuação

nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos De Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. A determinação dos Principais Assuntos de Auditoria compreendeu a análise das áreas avaliadas como de maior risco de distorção relevante e riscos significativos, julgamentos significativos de nossa parte sobre áreas que envolveram estimativas por parte da administração e os efeitos sobre a auditoria de fatos e transações significativos ocorridos durante o período. Como resultado de nossos trabalhos, determinamos como principais assuntos a serem tratados no presente trabalho: **Investimentos:** Conforme divulgado na nota explicativa nº 6, a companhia possui investimentos no montante de R\$ 200.585 mil, que representa 95,51% do ativo. Em razão da relevância dos valores e os controles internos necessários para o registro e controle dos investimentos, consideramos essa área como principal assunto de auditoria. **Como Conduzimos o Paa em Nossa Auditoria:** Realizamos testes de movimentação, registro e valorização das ações de companhias fechadas e do registro da respectiva receita de equivalência patrimonial, bem como, efetuamos testes sobre as conciliações contábeis dos principais saldos, avaliando a documentação suporte e a integridade dos registros efetuados e revisamos as premissas para o reconhecimento do investimento na companhia investida. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efe-

tuadas nas demonstrações financeiras. **Resultado dos Procedimentos de Auditoria Executados:** Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados sobre as ações de companhias fechadas e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos aceitáveis os valores reconhecidos, assim como as respectivas divulgações em notas explicativas são apropriadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo. **Responsabilidades Da Administração Pelas Demonstrações Financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. O responsável pela governança da Companhia é a sua administração, com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades Do Auditor Pela Auditoria Das Demonstrações Financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas

brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da administração. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração da Companhia. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração da Companhia, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divul-

gações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Blumenau-SC, 29 de abril de 2026. **Next Auditores Independentes S.S.** CRC-SC 8.765/0-4 **Ricardo Artur Spezia** Sócio Contador SC-028.595/0-2

AG-08 Participações S.A.

Wish Bossa Nova Empreendimentos S.A.
CNPJ/MF nº 17.863.504/0001-38 – NIRE 35.300.457.161
Comunicado – Livros Societários
Wish Bossa Nova Empreendimentos S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 7º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-905, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE número 35.300.457.161, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ("CNPJ") sob o nº 17.863.504/0001-38, comunica a quem possa interessar e para todos os fins de direito, **que foram encontrados os Livros Societários** que haviam sido extraviados, objeto da publicação de Comunicado de Extravio de Livros Societários, inserido neste jornal na edição do dia 09/04/2026 nos cadernos Impresso e Digital. Tornando, portanto, a partir da presente data, canceladas e sem efeito citadas publicações. São Paulo, 06 de julho de 2026.

Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A.
CNPJ Nº 21.581.284/0001-27 - NIRE (JUCESP) 35300474015
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2026
1. **DATA, HORA E LOCAL DA ASSEMBLEIA:** Realizada no dia 30 de abril de 2026, às 10:00 horas, na sede da empresa, localizada na Rodovia dos Tamoios S/N, Bairro Zona Rural, Município de Caraguatatuba, Estado de São Paulo-SP, CEP:11.675-250 – SP, complemento quilometro 65-400 ("Companhia"). 2. **CONVOCAÇÃO E PRESEÇA:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da acionista única, ATRIA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A., na forma do § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. 3. **MESA:** A assembleia geral ordinária foi presidida pelo Diretor da Tamoios, Sr. Luis Felipe de Oliveira Neves e secretariada pelo também Diretor Sr. Leonardo Arimá Tavares de Melo Carneiro Albuquerque. 4. **ORDEM DO DIA:** (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025; e (ii) deliberar sobre a destinação dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025. 5. **PUBLICAÇÕES DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RELATÓRIO DA AUDITORIA:** As publicações foram realizadas na Folha de São Paulo, na data de 31 de março de 2026, conforme ANEXO I desta Assembleia Geral Ordinária. 6. **DELIBERAÇÕES:** A acionista única adotou as seguintes deliberações: (i) Nos termos do § 4º do artigo 133 da Lei das S.A., considerar sanada a inobservância do prazo previsto para publicação dos documentos listados nos itens I, II e III do mesmo artigo; (ii) Sem restrições ou ressalvas, aprovar os balanços patrimoniais, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, com o respectivo parecer dos Auditores Independentes, que apurou lucro líquido no valor de R\$ 96.535.567,13 (noventa e seis milhões, quinhentos e trinta e cinco mil, quinhentos e sessenta e sete reais e treze centavos); (iii) Aprovar a destinação da totalidade do lucro líquido apurado para a conta de reserva de lucros a realizar. Não será realizada a distribuição de dividendos obrigatórios, conforme o § 3º, inciso II, do artigo 202 da Lei das S.A.; e (iv) Aprovar a lavratura sumariada desta ata, determinando o arquivamento na Companhia, depois de rubricadas pela mesa, dos documentos que interessam à Assembleia Geral realizada. 7. **ENCERRAMENTO:** Franqueada a palavra a quem ainda dela quisesse fazer uso, não houve manifestações. Nada mais havendo a tratar foi a presente ata lida, achada conforme e aprovada. 8. **ASSINATURAS:** Presidente da Mesa: Sr. Luis Felipe de Oliveira Neves; Secretário da Mesa: Sr. Leonardo Arimá Tavares de Melo Carneiro Albuquerque; Acionista: ATRIA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. "Confere com a original lavrada em livro próprio". Luis Felipe de Oliveira Neves - Presidente da Mesa. Leonardo Arimá Tavares de Melo Carneiro Albuquerque - Secretário de Mesa. Jucesp - Certificado o registro sob o nº 263.256/26-1 em 01/07/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

VERT Participações Ltda.
CNPJ/MF nº 30.082.638/0001-80
Edital de Convocação de Assembleia Geral de Sócios
Na qualidade de representante legal da sócia majoritária da **VERT Participações Ltda.**, sociedade com sede na cidade de São Paulo-SP, na Rua Cardeal Arcoverde, nº 2365, 11º andar, Pinheiros, CEP 05407-003, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.082.638/0001-80 ("Sociedade"), convoco, por meio deste, os sócios da Sociedade para a **Assembleia Geral Extraordinária**, a ser realizada no dia **15 de julho de 2026, às 8:00 h.** em primeira chamada e às **8:30 h.** em segunda chamada, na sede social, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. deliberar sobre a proposta de exclusão do Sr. **Lincoln Paschoal Júnior** do quadro societário da Sociedade, nos termos do Contrato Social. 2. assegurar ao Sr. Lincoln Paschoal Júnior o exercício do contraditório e da ampla defesa na Assembleia; e 3. caso aprovada, alterar o Contrato Social da Sociedade para refletir a exclusão, bem como autorizar a Diretoria a adotar as medidas necessárias para implementar as deliberações acima. Para fins de esclarecimento, nos termos do Contrato Social da Sociedade, o sócio titular da maioria do capital social poderá, mediante deliberação em Assembleia Geral, excluir sócio por justa causa, nos termos do artigo 1.085 do Código Civil, especialmente na hipótese de descumprimento de suas obrigações. Adicionalmente, na condição de titular de 1 (uma) quota do capital social, entende-se que o Sr. Lincoln Paschoal Júnior, de forma injustificada, deixou de observar as diretrizes, políticas e estratégias de interesse da Sociedade, tendo, inclusive, manifestado expressamente seu desinteresse em permanecer no quadro societário, conforme notificação datada de **12 de junho de 2026** encaminhada à Sociedade. São Paulo, 03 de julho de 2026. **VERT Holdings S.A.**, p. Fernanda Oliveira Ribeiro Prado de Mello – Diretora da Vert Holdings S.A. e da Sociedade. (04 e 07/07/2026)

AGV Logística S.A.
CNPJ/MF nº 02.905.424/0001-20 – NIRE 35.300.358.911
Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de junho de 2026
Data, Hora e Local: 24/06/2026, às 10h, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, em virtude da presença da totalidade dos Conselheiros. **Mesa:** Presidente: **Anibal Wadih Souliman**; Secretário: **Maurício Pires Motta**. **Deliberações:** Os Conselheiros deliberaram, por unanimidade: 1. Reeleger os atuais membros da Diretoria para um novo mandato de 2 anos, com início em 01/07/2026 e término em 30/06/2028, permanecendo em seus cargos até a investidura de seus sucessores. Ficam reeleitos para compor a Diretoria: a) **Maurício Pires Motta**, RG nº 92012368, CPF/MF nº 021.885.857-47, ao cargo de **Diretor Presidente**; b) **Guilherme Jacyntho**, RG nº 25.507.974-6 SSP/SP, CPF/MF nº 286.503.72821, ao cargo de **Diretor**; c) **Matheus Trínca Fernandes**, RG nº 33.470.783-3 SSP/SP, e CPF/MF nº 263.182.178-51, ao cargo de **Diretor**. Os Diretores ora reeleitos serão investidos em seus cargos mediante assinatura dos termos de posse, declarando que atendem aos requisitos legais aplicáveis e não estão incurso em qualquer impedimento legal para o exercício de cargos de administração. **Encerramento:** Nada mais a tratar. Vinhedo, 24/06/2026. **Mesa:** Anibal Wadih Souliman – Presidente; Maurício Pires Motta – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 264.644/26-8 em 03/07/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

3PL Brasil Logística S.A.
CNPJ/MF nº 23.429.671/0001-78 – NIRE 35.300.483.154
Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de junho de 2026
Data, Hora e Local: 24/06/2026, às 09h, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, em virtude da presença da totalidade dos Conselheiros. **Mesa:** Presidente: Anibal Wadih Souliman; Secretário: Maurício Pires Motta. **Deliberações:** Os Conselheiros deliberaram, por unanimidade: a. Reeleger os atuais membros da Diretoria para um novo mandato de 2 anos, com início em 01/07/2026 e término em 30/06/2028, permanecendo em seus cargos até a investidura de seus sucessores. Ficam reeleitos para compor a Diretoria: a) **Maurício Pires Motta**, RG nº 92012368, CPF/MF nº 021.885.857-47, ao cargo de **Diretor Presidente**; b) **Guilherme Jacyntho**, RG nº 25.507.974-6 SSP/SP, CPF/MF nº 286.503.72821, ao cargo de **Diretor**; c) **Matheus Trínca Fernandes**, RG nº 33.470.783-3 SSP/SP, e CPF/MF nº 263.182.178-51, ao cargo de **Diretor**. Os Diretores ora reeleitos serão investidos em seus cargos e declaram que atendem aos requisitos legais aplicáveis e não estão incurso em qualquer impedimento legal para o exercício de cargos de administração. **Encerramento:** Nada mais a tratar. Vinhedo, 24/06/2026. **Mesa:** Anibal Wadih Souliman – Presidente; Maurício Pires Motta – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 264.645/26-1 em 03/07/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Mosarelli e Olivales Sociedade de Advogados
CNPJ/MF nº 46.302.124/0001-22 Registro de Sociedade de Advogados OAB/SP nº 43.033
Convocação de Reunião Extraordinária de Sócios
Prezados(as) Senhores(as) Sócios(as), André Almeida Blanco, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob nº 147.925, procurador dos sócios titulares, em conjunto, de mais de 70,03% do capital social da **Mosarelli e Olivales Sociedade de Advogados**, conforme instrumentos particulares de procuração outorgados, vem, por meio desta, convocar todos os sócios da Sociedade para participarem da Reunião Extraordinária de Sócios, a realizar-se nas seguintes condições: **Data:** 14/07/2026 (terça-feira). **Horário:** 10h00. **Local:** sede da Mosarelli e Olivales Sociedade de Advogados, na Rua do Rocio, nº 313, Conjunto nº 32, Vila Olímpia, São Paulo/SP. **Ordem do Dia:** 1. Deliberação acerca da cessão de quotas sociais entre sócios, nos termos da proposta que permanecerá disponível para consulta na sede da Sociedade, com a consequente reorganização da composição do capital social; 2. Deliberação acerca da alteração da Cláusula Quarta do Contrato Social para refletir a nova composição do capital social; 3. Deliberação acerca da destituição da atual administradora da Sociedade, **Sra. Graziella Mosarelli Kayo**; 4. Deliberação acerca da eleição do **Sr. André Almeida Blanco** ao cargo de administrador da Sociedade; 5. Deliberação acerca da alteração da Cláusula Quinta do Contrato Social para refletir a nova administração da Sociedade; 6. Deliberação acerca da consolidação do Contrato Social, contemplando todas as alterações aprovadas nesta reunião; 7. Autorização para que o administrador eleito pratique todos os atos necessários à implementação das deliberações aprovadas, inclusive a assinatura da alteração e consolidação do contrato social, requerimentos, declarações e demais documentos necessários ao registro perante a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo e demais órgãos competentes. **Eclarecimentos:** A presente convocação será publicada no **Diário Oficial do Estado de São Paulo** e em **jornal de grande circulação**, bem como encaminhada individualmente a todos os sócios pelos meios de comunicação usualmente empregados. Os instrumentos particulares de procuração permanecerão arquivados e à disposição dos sócios para conferência durante a reunião. A minuta de alteração e consolidação do contrato social, contemplando as matérias constantes da Ordem do Dia, permanecerá disponível para consulta dos sócios na sede da Sociedade desde a publicação desta convocação até a realização da reunião. Os sócios poderão comparecer, pessoalmente, ou fazer-se representar por procurador devidamente constituído. São Paulo, 06/07/2026. **André Almeida Blanco** OAB/SP nº 147.925 Procurador dos sócios outorgantes da Mosarelli e Olivales Sociedade de Advogados. (06, 07 e 08/07/2026)

Exportações de minério de cobre sobem 84% no 1º semestre; ferro avança 5,2%

As exportações brasileiras de minério de ferro somaram US\$ 13,4 bilhões nos seis primeiros meses de 2026, alta de 5,2% em relação ao mesmo período do ano passado, segundo levantamento da CNN Infra com dados do MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços). Em volume, os embarques chegaram a 189,4 milhões de toneladas, avanço de 2,4% na mesma comparação. No primeiro semestre de 2025, o Brasil havia exportado 184,9 milhões de toneladas de minério de ferro. O resultado considera as vendas de minério de ferro não aglomerado, principal item da pauta, e de minério aglomerado, como pelotas, sínteres e briquetes. No minério de ferro não aglomerado, as exportações

passaram de US\$ 11,46 bilhões para US\$ 11,85 bilhões, alta de 3,4%. O volume embarcado subiu de 173,4 milhões para 175,3 milhões de toneladas, avanço de 1,1%. Já as vendas de minério aglomerado cresceram em ritmo mais forte. O valor exportado passou de US\$ 1,31 bilhão para US\$ 1,58 bilhão, alta de 20,5%. Em volume, os embarques foram de 11,5 milhões para 14,1 milhões de toneladas, crescimento de 22,6%. Os números indicam que o avanço da receita com minério de ferro no semestre foi puxado tanto por aumento de volume quanto por uma melhora no valor médio da pauta, especialmente no minério não aglomerado, que concentra a maior parte das exportações brasileiras do setor.

Cotação das Moedas



Coroa (Suécia) -	0,5357
Dólar (EUA) -	5,167
Franco (Suíça) -	6,4091
Iene (Japão) -	0,03184
Libra (Inglaterra) -	6,9078
Peso (Argentina) -	0,003466
Peso (Chile) -	0,005575
Peso (México) -	0,2963
Peso (Uruguai) -	0,1284
Yuan (China) -	0,7603
Rublo (Rússia) -	0,06711
Euro (Unidade Monetária Europeia) -	5,9043

NEGÓCIOS

Bolsa de Nova York aprova listagem de ações da Azul, anuncia companhia aérea



A Azul anunciou a investidores nesta segunda-feira (6) que a NYSE (New York Stock Exchange), a Bolsa de Valores de Nova York, aprovou a listagem das ações ordinárias (ADS, sigla para American Depositary Shares) da empresa.

Simultaneamente, a companhia aérea brasileira anunciou que cancelará, de forma voluntária, a listagem das ações na NYSE American -sucessora da antiga Amex (American Stock Exchange)-, uma bolsa voltada a papéis de empresas de menor porte. A Azul afirma ter entregue notificação por escrito à NYSE American para retirada da listagem.

A companhia diz ainda que pretende protocolar um requerimento junto à SEC (Securities and Exchange

Commission, a agência reguladora do mercado de capitais) para cancelar a listagem de suas ADSs na NYSE American no prazo mínimo de 10 dias corridos após a data de entrega da notificação à NYSE American --ou seja, a partir de 16 de julho.

A Azul prevê que a listagem na NYSE ocorra já na próxima quarta-feira (9), com início de negociação das ações por meio do código "AZUL" a partir da abertura do mercado na mesma data.

A empresa diz acreditar que a mudança servirá melhor aos acionistas e à comunidade de investidores em geral.

"A listagem na NYSE deverá aumentar nossa visibilidade na comunidade global de investimentos, expandir nosso acesso a

investidores institucionais e fortalecer ainda mais nossa posição nos mercados de capitais internacionais", disse John Rodgers, CEO da Azul, em nota.

Segundo a Azul, as ações ordinárias da companhia permanecerão listadas e negociadas na B3, a Bolsa de Valores de São Paulo, sob o código "AZUL3". A empresa diz que os atuais titulares de ações ordinárias e de ADSs não precisam adotar quaisquer providências em decorrência da transferência de listagem da NYSE American para a NYSE.

A Azul informou a investidores em fevereiro deste ano a saída da recuperação judicial nos Estados Unidos, o chamado Chapter 11, iniciado em maio de 2025 para tentar reorganizar dívidas.

Folhapress

Eliminações podem frustrar previsões de venda de cerveja, e Ambev amarga perdas na Bolsa

Torcedores do Brasil e do México despertaram nesta segunda-feira (6) ainda com o gosto amargo das eliminações na Copa do Mundo. Para as empresas cervejeiras, a sensação talvez seja parecida.

A saída das duas seleções do torneio pode frustrar as projeções de vendas de cerveja no terceiro trimestre, diz relatório do Morgan Stanley divulgado nesta segunda. Ainda que a Copa continue, as derrotas dos países que estão entre os maiores consumidores da bebida no mundo provavelmente levarão a um consumo menor do que o esperado se ambos os times tivessem avançado para as fases seguintes da competição.

A Ambev -subsidiária da América Latina da AB InBev, gigante cervejeira da Bélgica- é a mais exposta a esse risco, afirmam os analistas. As ações caíram mais de 3% no pregão da Bolsa brasileira às 14h30, e os papéis fecharam em queda de 4% em Bruxelas. Nos Estados Unidos, a Constellation Brands, que distribui as marcas Corona e Modelo no

país, caiu 6%.

A Heineken, que também tem exposição "significativa" aos mercados brasileiro e mexicano, caiu 1,4% no pregão de Amsterdã.

"Acreditamos que a concentração do aumento no volume de cerveja provém de jogos que avançam para as fases finais dos torneios", dizem os analistas do Morgan Stanley.

O Brasil amargou uma derrota para a Noruega e, assim, enfileira o maior jejum de títulos em Copa do Mundo na história. A seleção pentacampeã não conseguiu chegar às quartas de final pela primeira vez desde 1990, vendo o sonho da sexta estrela do brasão derreter após dois gols de Erling Haaland.

A eliminação precoce da seleção provavelmente vai ser mais danosa às vendas de cerveja do que a saída do México, afirmam os analistas. Isso porque o mercado de consumidores é maior -e o sonho pelo Hexa, mais mobilizante do que as expectativas dos torcedores mexicanos, que nunca viram o El Tri levantar a taça da Fifa.

Folhapress

Stellantis inicia produção nacional do Jeep Avenger, que estreia neste semestre



A Jeep retorna para onde sua história começou no Brasil: o Rio de Janeiro. A produção do SUV compacto Avenger na fábrica de Porto Real começa agora, 79 após os primeiros carros serem importados em kits para montagem em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. O sistema SKD (sigla em inglês para parcialmente montado) não é novidade por aqui.

O novo modelo tem proposta urbana e tração dianteira, sendo bem diferente dos jipes pioneiros trazidos pelo ex-pracinha Oswaldo Gudole Aranha (1921-2003). Ele era filho do político, advogado e diplomata Oswaldo Aranha (1894-1960), que assumiu diferentes ministérios du-

rante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1882-1954).

Além da proposta ser outra, o Avenger é, de fato, fabricado no Brasil. Itens como motor, bancos, portas e revestimentos são nacionais. Segundo o grupo Stellantis, que é dono da marca Jeep, a chegada do modelo gera 800 empregos diretos na fábrica de Porto Real, além de outras 450 vagas entre os fornecedores.

"Temos parcerias com diversos setores de capacitação, e os novos funcionários passam por algumas etapas de treinamento", diz Glauber Fullana, vice-presidente sênior de manufatura do grupo Stellantis na América do Sul.

Nesse momento, a montadora faz a transição do período de montagem de

protótipos para a produção em larga escala. A estreia do novo SUV compacto no mercado vai ocorrer ainda no segundo semestre.

Todas as versões terão motor 1.0 turbo flex (130 cv) com tecnologia híbrida leve, o mesmo conjunto já utilizado em modelos da Fiat e da Peugeot. Nesse caso, uma pequena bateria de lítio acumula a energia que será aproveitada em partidas e retomadas. Esse sistema não é capaz de mover o carro sozinho, o que reduz a eficiência energética.

O câmbio ainda não foi confirmado, mas deve ser o mesmo automático do tipo CVT (continuamente variável) que equipa os demais híbridos leves 12V do grupo Stellantis.

Folhapress